

Estados não pagam dívida externa

Os Governos estaduais cada vez mais estão deixando de honrar seus compromissos no exterior, desviando recursos para pagar contas com entidades financeiras nacionais e o funcionalismo público. Por isso, foi constituída uma comissão interministerial para estudar o pagamento desses compromissos externos pelo Tesouro Nacional e estabelecer regras que inibam esse tipo de procedimento.

No programa de acompanhamento do ajuste interno e externo da economia brasileira em 1984, os dados do Banco Central revelam que os Governos estaduais e municipais pagaram em 1983 aos bancos comerciais Cr\$ 611 bilhões. No ano passado, se endividaram junto aos bancos comerciais em Cr\$ 408 bilhões. Assim, os compromissos honrados pelo Tesouro no exterior para os Estados e municípios atingiu Cr\$ 133 bilhões, em dezembro de 1983, e evoluiu para Cr\$ 713 bilhões em dezembro de 1984.

Embora o déficit operacional (déficit total descontada a inflação) dos Estados e municípios tenha caído de Cr\$ 1 trilhão 33 bilhões em 1983 para Cr\$ 982 bilhões em 1984, as autoridades da área econômica estão preocupadas com o fato de

essa tendência de queda se reverter. Devido aos compromissos que Estados e municípios estão sendo obrigados a honrar internamente e porque cada vez mais as entidades de crédito interno estão sem poder expandir suas operações, a tendência do déficit é aumentar.

A válvula de escape que as administrações estaduais e municipais estão encontrando é levar bancos oficiais a não assinarem o programa de austeridade elaborado pelo Banco Central para recuperação dessas instituições. Com isso, os bancos estaduais deixam de fazer recolhimentos de seus recursos ao Banco Central conforme determina a lei e com isso geram recursos para cumprirem seus compromissos. O Governo já tem pronto um programa de austeridade para os bancos estaduais que será discutido na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional. Se ele for aprovado, certamente as administrações estaduais terão dificuldades pela frente.

No campo externo, o panorama não é diferente. Recorrer ao mercado financeiro internacional para suprir as necessidades de caixa será uma tarefa cada vez mais difícil. Em dezembro de 1983, o fluxo de operações externas para o país

era de Cr\$ 129 bilhões, caiu para Cr\$ 92 bilhões em dezembro de 1984 e a tendência é de que a queda se acentue durante este ano.

Solução

A solução para os problemas do déficit dos Estados está na reforma tributária, reconhecem técnicos do Governo Federal. O assunto da reforma começou a ser discutido, mas entre a elaboração do projeto e o envio ao Congresso Nacional, o prazo será grande.

A reforma tributária possibilitará o estabelecimento de novas relações entre o poder central e os Estados e municípios. Técnicos governamentais que estão estudando o assunto reconhecem que o atual sistema cria uma relação de dependência muito grande dos Estados e municípios com a Secretaria de Planejamento e com o Governo Federal de uma maneira geral.

Esses mesmos técnicos são de opinião que as medidas de liberação de recursos para os Estados e municípios devem ser acompanhadas de um protocolo onde fiquem estabelecidos prioridades de gastos, a fim de que passem a ter um cronograma de desembolso com austeridade.